

VOLUME LIII — N.ºs 1 e 2

R E V I S T A
DA FACULDADE
DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

2012

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Periodicidade semestral
LIII — N.ºs 1 e 2 - 2012

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Vice-Presidente - PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO
Vogais - PROF. DOUTOR PEDRO ROMANO MARTINEZ
- PROF. DOUTOR LUÍS MORAIS
- PROF. DOUTORA ISABEL ALEXANDRE
- PROF. DOUTOR PEDRO INFANTE MOTA
- MESTRA DINAMENE DE FREITAS
- MESTRE JORGE SILVA SANTOS

PROPRIEDADE E SECRETARIADO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa — Portugal
Telefone 217 984 600 — Telecópia 217 950 303

EDITOR



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Dezembro de 2014

	Págs.
I Doutrina	
<i>António José Avelãs Nunes</i> — Uma tentativa de compreender a crise à luz do marxismo	11
<i>Ana Vaz Geraldês</i> — Ciberterrorismo: cenário de materialização.....	41
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — As ruínas da Universidade em Portugal e a Faculdade de Direito na Nova Universidade de Lisboa: uma janela para o futuro.....	95
<i>Fernando Macedo</i> — A denúncia de factos verdadeiros e de interesse público sobrepõe-se ao direito à honra dos agentes públicos	109
II Trabalhos de alunos	
<i>Ana Isabel Serra Calmeiro</i> — Da Natureza do Direito do locatário	121
<i>Natacha Reis Branco</i> — Da (in)admissibilidade da cláusula de reserva da propriedade no mútuo financeiro	157
III Vida universitária	
<i>Jorge Miranda</i> — Sobre o governo das Universidades Públicas.....	199
<i>Jorge Miranda</i> — Marcello Caetano e a criação de uma escola de direito público.....	217
<i>Jorge Miranda</i> — Eleições e contencioso eleitoral	219
<i>Jorge Miranda</i> — Na apresentação do livro de Jorge Carlos Fonseca, Cabo Verde — Constituição, Democracia, Cidadania	245
<i>Jorge Miranda</i> — Na apresentação de obra coletiva, em 15 de outubro de 2012.....	249
<i>Jorge Miranda</i> — Estado social, crise económica e jurisdição constitucional... ..	255
<i>Paulo Bonavides</i> — Medalha Jorge Miranda.....	285

	Págs.
<i>Eduardo Vera-Cruz Pinto</i> — Regulamento da medalha Prof. Jorge Miranda.....	287
— Sessão solene de entrega da “medalha Professor Doutor Jorge Miranda ao Prof. Doutor Paulo Bonavides.....	289
— Discurso de apresentação do Director da FDL Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
— Agradecimento do Prof. Paulo Bonavides	
<i>Conselho Académico</i> — Acta n.º 48.....	295
<i>Instituto de Cooperação Jurídica</i> — Relatório de atividades 2012.....	299
<i>Gabinete Erasmus</i> — Relatório de actividades ano lectivo 2011/2012.....	305
<i>Gabinete de Psicologia e Orientação (IOP)</i> — Síntese das atividades realizadas em 2012.....	341

UMA TENTATIVA DE COMPREENDER A CRISE À LUZ DO MARXISMO (*)

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

1. Nas três décadas posteriores à 2.^a Guerra Mundial, as políticas de inspiração keynesiana associadas à chamada *Curva de Phillips* traduziram a preocupação de evitar ou reduzir os efeitos negativos das crises cíclicas: se o desemprego ameaçava atingir níveis preocupantes, adotavam-se políticas expansionistas (menos impostos, crédito abundante e barato, mais despesas públicas) que iriam ‘aquecer’ a economia, ainda que à custa de alguma inflação; se era a inflação que ameaçava atingir níveis inoportáveis, a adoção de medidas contracionistas permitiria ‘arrefecer’ a economia e resolver o problema, ainda que à custa de alguma subida do desemprego.

Durante os chamados *trinta anos gloriosos* (entre 1945 e 1975) registaram-se, em especial nos EUA e na Europa, taxas de crescimento económico relativamente elevadas, sem tensões inflacionistas e com baixos níveis de desemprego. Muita gente atribuiu estes resultados às políticas ativas de inspiração keynesiana e convenceu-se de que, graças a elas, a ciência económica tinha descoberto a ‘cura’ para as doenças estruturais do capitalismo. Falou-se da “obsolescência dos ciclos económicos” e celebrou-se a chegada do *capitalismo post-cíclico* ou *capitalismo sem crises*.

No início da década de 70 do século XX, este mito caiu por terra. Em agosto de 1971, a Administração Nixon rompeu unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro. Com o aplauso da “irmandade dos bancos centrais” (F. MODIGLIANI), as taxas de câmbio passaram a ser fixados pelos ‘mercados’: o mundo passou ao regime de *câmbios flutuantes*.

(*) O texto que segue foi a base da intervenção do autor numa sessão integrada nas Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (22 de maio de 2013), subordinada ao título genérico *Álvaro Cunhal, Marxismo e Direito*. Agradeço ao Doutor Eduardo Vera Cruz Pinto a sua publicação na Revista da Faculdade de que é Diretor.

Pouco depois, no seio da primeira crise do petróleo (1973-1975), surgiu a *estagflação*. Este estranho fenómeno (falou-se de “paradoxo”, de “dilema”, de “enigma” da *estagflação*) veio mostrar que as crises cíclicas continuavam a fazer parte da vida do capitalismo. E, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrou também que, no quadro de um capitalismo altamente concentrado, o *poder de mercado* (e o *poder político*) das grandes empresas monopolistas conseguia que taxas elevadas e crescentes de inflação coexistissem com taxas de crescimento do produto próximas de zero ou mesmo negativas (acompanhadas de elevadas taxas de desemprego).

Esta crise mostrou igualmente que a capacidade de produção instalada no mundo capitalista era excessiva relativamente ao poder de compra agregado da população. No caso dos EUA, a indústria utilizava em 1975 apenas 74% da sua capacidade de produção.

E trouxe também à luz do dia um fenómeno que se vinha observando com clareza, especialmente a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas: a *tendência para a baixa da taxa de lucro*.

2. Fenómeno novo, a *estagflação* deixou perplexos e algo desorientados os defensores das teorias e das políticas keynesianas, que se colocaram na defensiva, perante a evidência dos limites do estado keynesiano e das políticas keynesianas.

Os neoliberais, com Friedrich Hayek e Milton Friedman na liderança, aproveitaram a ocasião e, numa operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo, colocaram Keynes no banco dos réus, culpando-o de todos os males do mundo (a inflação e o desemprego).

Foi o início da “contra-revolução monetarista”, cujo triunfo fulgurante se traduziu na imposição dos dogmas neoliberais como a ideologia do *pensamento único*, significando, a este respeito, o regresso a concepções sobre a economia e sobre o papel do estado que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

No plano das políticas económicas, a resposta a esta *crise estrutural do capitalismo* traduziu-se na chamada “revolução conservadora”, iniciada com o *thatcherismo* no Reino Unido (1979) e com a *reaganomics* nos EUA (1980). Foi o início de um novo ciclo, em que a *ideologia neoliberal* se confirmou, também na esfera política, como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro.

Na viragem dos anos 1980 para os anos 1990, e no rescaldo das dificuldades sentidas em todo o mundo capitalista na primeira metade da década de 1970, o ‘velho’ *consenso keynesiano* foi posto de lado e a estratégia para tentar travar aquela perigosa *tendência no sentido da baixa da taxa de lucro* foi ‘codificada’ no chamado *Consenso de Washington*.

Inspirado no velho dogma liberal segundo o qual o desenvolvimento dos povos só pode resultar do *livre funcionamento da economia* (capitalista), os ‘mandamentos’ fundamentais deste plano americano para impor ao mundo o catecismo monetarista e neoliberal são, em síntese, os seguintes: a plena liberdade de comércio (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); a liberdade plena de circulação de capitais; a desregulamentação completa de todos os mercados, em especial os mercados financeiros; a ‘separação’ absoluta entre estado e economia, com a consequente privatização, por puros preconceitos ideológicos, do setor público empresarial, incluindo as empresas que produzem e fornecem *serviços públicos*; a proclamação do ‘dogma’ da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na perda, por parte dos estados, do controlo do sistema financeiro (da emissão de moeda, das taxas de juro e das taxas de câmbio, com a consequente perda do controlo sobre o destino da poupança nacional), e que, em último termo, significou a ‘privatização’ dos próprios estados, que, como qualquer cidadão, dependem dos “mercados financeiros” para o financiamento das suas políticas; a subordinação do poder político democrático ao poder económico-financeiro; o combate prioritário à inflação e a desvalorização das políticas de promoção do emprego; a adoção de políticas tributárias favoráveis aos muito ricos e aos rendimentos do capital; a rejeição de qualquer ideia de equidade e de quaisquer políticas de redistribuição do rendimento em favor dos titulares de rendimentos mais baixos; o esvaziamento da contratação coletiva (talvez por se saber, graças à OIT, que ela tem sido, ao longo das últimas décadas, um instrumento mais efetivo de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores do que as próprias *políticas de redistribuição do rendimento* de inspiração keynesiana); a ‘flexibilização’ da legislação laboral (aumento do número de horas de trabalho não pago, precarização do emprego, facilitação dos despedimentos); a adoção de políticas de *arrocho salarial*, que entregam ao capital os ganhos da produtividade (apesar de esta estar cada vez mais ligada ao homem trabalhador, enquanto produtor, depositário e utilizador do conhecimento), e que promovem a redução dos salários reais, para tentar compensar a subida dos custos financeiros e a *baixa tendencial da taxa de lucro*.

Após o desmoronamento da União Soviética e da comunidade socialista, os neoliberais de todos os matizes convenceram-se, mais uma vez, de que o capitalismo tinha garantida a eternidade, podendo regressar impunemente ao ‘modelo’ puro e duro do século XVIII. A vitória da “contra-revolução monetarista” abriu o caminho ao reino do *deus-mercado* e o capitalismo assumiu, sem disfarce, a sua matriz de *civilização das desigualdades*. Avolumaram-se as ameaças do *fascismo de mercado* e do *fascismo amigável*, de que falavam já, no início dos anos 1980, Paul Samuelson e Bertram Gross.

O neoliberalismo consolidou-se como ideologia dominante. E o neoliberalismo não é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar. O neoliberalismo não existe fora do capitalismo, antes corresponde a “uma nova fase na evolução do capitalismo” (DUMÉNIL/LÉVY). O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar. O neoliberalismo é o capitalismo ‘selvagem’ do século XVIII, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades. O neoliberalismo é a expressão ideológica da supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, supremacia construída e consolidada com base na ação do estado capitalista, que é hoje, visivelmente, a *ditadura do grande capital financeiro*.

3. Durante anos, mesmo já depois da constituição de alguns partidos comunistas em países da Europa ocidental, os partidos socialistas recusavam-se a colaborar com os *governos da burguesia* e mantinham-se programaticamente vinculados a um projeto de construção de uma sociedade socialista.

O Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg em 1959, marca um ponto de viragem. Nele foi aprovado o novo programa do partido, em que não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*. Esta passou a ser a nova orientação dos partidos socialistas e sociais-democratas na Europa.

Para quem entenda que o socialismo não pode deixar de incluir, no seu núcleo essencial, a eliminação dos rendimentos não provenientes do trabalho (o que pressupõe a apropriação social dos principais meios de produção), esta opção “apenas significa — como sublinhava, há anos, Teixeira Ribeiro — que tais partidos desistiram de implantar um sistema económico socialista”.

Os partidos socialistas e sociais-democratas europeus cansaram-se de lutar, fora do aparelho do estado, pelos interesses dos trabalhadores e pela construção do socialismo. Seduzidos pelos encantos do poder, decidiram que era tempo de *fazer política a sério*, política ‘ao mais alto nível’, e proclamaram, com ‘grande sentido de estado’, a disponibilidade para ‘assumir as suas responsabilidades’ nas tarefas da governação.

A preocupação fundamental desses partidos passou a ser a de ganhar ‘respeitabilidade’, afirmando a sua vocação governamental e a sua capacidade para assegurar a *gestão leal do capitalismo*, sem pôr em causa o próprio sistema. E, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo *deus*

mercado era uma condição de ‘respeitabilidade’ política para poderem aceder a esta tarefa, enunciaram oficialmente a sua posição como *defensores do capitalismo* na esfera da produção e *defensores do socialismo* no que toca à distribuição do rendimento.

Esta postura representa, porém, a meu ver, uma equação teórica e política tão difícil de resolver como a da *quadratura do círculo*. Com efeito, sabemos, desde os fisiocratas, que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-se separadas das estruturas e das relações sociais da produção. Por outras palavras: a estrutura de classes da sociedade e as relações de produção que lhe são inerentes são os fatores determinantes da distribuição da riqueza e do rendimento. A lógica da distribuição não pode ser antagónica da lógica inerente às relações de produção capitalistas. Como é óbvio.

No quadro da chamada *economia social de mercado*, o auto-proclamado *socialismo democrático* passou a identificar-se com o “socialismo do possível” (Mitterrand, 1970) ou com o *capitalismo possível* nas (ou o *capitalismo exigido* pelas) circunstâncias do tempo, um capitalismo que se limitou, como bem observa Henri Janne, a “transformar os fins maiores do socialismo em meios de realizar outros fins, isto é, a manutenção do lucro, da iniciativa privada, dos grupos privilegiados”.

No âmbito da social-democracia europeia (por obra de vários autores, entre os quais o Prémio Nobel da Economia Jan Tinbergen) desenvolveu-se a chamada *teoria da convergência dos sistemas*, empenhada em mostrar que o sistema económico e social dominante nos ‘países ocidentais’ já não era o capitalismo, mas um *sistema misto* que integrara já muitos *elementos de socialismo*, segundo alguns um sistema mais próximo do socialismo do que do capitalismo. Tudo para concluir que deixara de fazer sentido falar do (e lutar pelo) socialismo como alternativa ao capitalismo.

Por meados dos anos 1980, o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas (sobretudo na Europa) começaram a sofrer forte influência da *ideologia neoliberal*.

Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa* [*There is no Alternative*].

O referido *Consenso de Washington* começou por ser ‘recomendado’ pelo capital financeiro internacional e pelas estruturas ao seu serviço (G7, FMI, Banco Mundial, OMC...) aos ‘países em desenvolvimento’, não para que estes desenvolvessem, mas para que permanecessem ‘subdesenvolvidos’ e ‘colonizados’. Mas tal ‘consenso’ rapidamente se generalizou a todo o ‘mundo civilizado’, chegando à Europa no contexto que acabei de referir.

A aproximação da ‘Europa’ à ideologia neoliberal acentuou-se e acelerou-se com a aprovação do *Ato Único Europeu* (1986). A criação do *mercado interno*

único preparou as condições que haveriam de conduzir, em 1992 (Tratado de Maastricht), à União Europeia e à União Económica e Monetária, com a moeda única (o euro), o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estes são os momentos críticos da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

4. Sabe-se, desde Aristóteles, que o dinheiro não cria dinheiro. Daí a condenação da usura, que “faz com que o dinheiro sirva para se aumentar a si próprio, género de ganho completamente contrário à natureza”. Pela mesma razão, o Direito Canónico e a teologia medieval proclamaram que o dinheiro não cria dinheiro (*Nummus non facit nummos*), pelo que o proveito da usura é a morte da alma (*fenus pecuniae fumus est animae*).

Entretanto, o mundo mudou, mas continua a ser verdade que *o dinheiro não cria dinheiro*. O capital financeiro inventou, porém, um *modo autónomo de ganhar dinheiro*, à margem (e à custa) do setor produtivo. Com efeito, o muito dinheiro ganho pelo capital financeiro só pode resultar do desvio de uma parte da riqueza criada nas atividades produtivas, de uma parte do *valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas* (para o dizer com palavras de Adam Smith). Recorrendo agora à terminologia marxista, direi que o capital financeiro ‘descobriu’ a ‘arte’ de se apropriar de uma parte (relevante) da *mais-valia*.

E os resultados desta ‘descoberta’ constituem um dos fatores que ajudam a compreender a *tendência para a baixa da taxa de lucro nos setores produtivos* (nas atividades não financeiras).

A pequena ‘elite’ de *investidores-especuladores* (com destaque para os referidos *investidores institucionais*) adquiriu um peso enorme no capital acionista das grandes empresas cotadas em bolsa e tem privilegiado o ‘investimento’ em *capital fictício* (ativos financeiros), o mesmo fazendo os bancos, que vêm exigindo às empresas dos setores produtivos taxas de juro reais crescentes (capazes de ‘concorrer’ com os ganhos chorudos da especulação), realizando assim lucros elevados (quase isentos de impostos), que canalizam (bem como os depósitos dos seus clientes) para atividades puramente especulativas.

As empresas foram transformadas em meros *ativos* cuja *valorização bolsista* se prossegue por todos os meios, com base em arriscados (e por vezes criminosos) expedientes de engenharia financeira: aquisição de ações próprias; falsificação da contabilidade (valorizando ou dissimulando dívidas, créditos, vendas e compras); fornecimento de informação opaca ou mesmo viciada; recurso a informação privilegiada; manipulação das cotações, sem qualquer relação com a atividade e com o valor real das empresas.

Envolvidas na teia dos ‘jogos de casino’ que são o terreno de eleição do grande capital financeiro especulativo, as empresas dos setores não-financeiros

deixaram de se autofinanciar (com uma parte dos lucros não distribuídos), e tornaram-se cada vez mais dependentes dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras. As *empresas dotadas de alma* (C. KAYSEN) do período da chamada *revolução dos gerentes* deram o lugar a estas “irresponsible companies”, como alguém lhes chamou (Ch. MARAZZI).

Na verdade, segundo as novas ‘técnicas’ de gestão do capitalismo, as ‘metas’ atribuídas pelos donos do capital aos gestores profissionais das sociedades cotadas em bolsa passaram a traduzir-se na garantia de elevados rendimentos financeiros a curto prazo, em benefício de acionistas e gestores. Ao serviço destes objetivos, as empresas são muitas vezes ‘empurradas’ para situações de sobreendividamento, com um peso crescente (às vezes insuportável) dos encargos financeiros nos custos de funcionamento.

Em certas condições, as ‘metas’ fixadas só podem atingir-se com base no recurso sistemático à fraude em grande escala, falsificando os balanços das empresas e manipulando os mercados. E esta prática transformou-se, ao longo do último quarto de século, em ‘regra de vida’ das instituições financeiras, mergulhadas em enormes escândalos, que puseram a nu a incompetência ou a cumplicidade (ou as duas coisas) das agências reguladoras ditas *independentes* e que deixaram de rastos a honorabilidade das mais ‘distintas’ empresas de contabilidade e de consultoria financeira e das ‘sagradas’ agências de *rating*, todas elas comprometidas até à medula com as instituições financeiras e com os gestores das grandes empresas neste jogo de falsidades. Caiu por terra o mito da transparência, da racionalidade e da eficiência dos mercados financeiros regulados, apesar de todos os bem pensantes continuarem a fazer de contas que nada se passou neste domínio. Nos EUA, o próprio Congresso, alertado para a situação, nada fez para pôr cobro à fraude, porque “as indústrias financeiras e de contabilidade estão entre os maiores contribuintes para as campanhas dos políticos de Washington, numa época em que as eleições são obscenamente caras” (J. CROTTY).

A justificação desta política de distribuição de todos os lucros (e lucros fartos) pelos acionistas (individuais ou institucionais), em vez de reservar uma parte para financiar novos investimentos das empresas onde eles foram gerados, assenta na ideia de que, desta forma, todo o capital fica disponível para a sua *aplicação ótima* naquelas atividades e naquelas regiões onde surgirem os melhores projetos e as melhores oportunidades.

A realidade mostra, porém, que os lucros que os lucros distribuídos prodigamente pelos acionistas (nomeadamente os chamados *investidores institucionais*, bancos, companhias de seguros, fundos de investimento, fundos de pensões...), bem como os ordenados e prémios milionários atribuídos aos gestores profissionais vão direitinhos para a especulação financeira, levada a cabo preferencialmente através de entidades com sede no ambiente acolhedor dos *paraísos*

fiscais (para isso os inventaram, para manter o ‘segredo dos negócios’ e fugir ao fisco).

À escala mundial, é este também o destino de excedentes de capital (altamente concentrados num pequeno número de pessoas e instituições) que não encontram no setor produtivo oportunidades tão atrativas de ganhar dinheiro como a especulação financeira. Os jogos nas *bolsas-casino* tornaram-se o modo mais cómodo de ganhar (muito) dinheiro a curto prazo.

Assim se alimenta o *processo de financeirização da economia*, a *subordinação do capital produtivo ao capital financeiro* puramente especulativo, cujas *rendas* vêm absorvendo uma parte crescente da mais-valia global. Em última instância, a lógica do capital financeiro, ao *desvalorizar os investimentos a médio e a longo prazo*, põe em causa o financiamento adequado do investimento produtivo e da inovação, com a conseqüente *desindustrialização*, menor criação de emprego e maior pressão para *cortar nos custos salariais*, na tentativa de compensar o aumento dos encargos financeiros das empresas e contrariar a *tendência para a baixa da taxa de lucro*.

5. A chamada globalização deve entender-se, a meu ver, como *política de globalização neoliberal*, apostada na imposição de um *mercado único de capitais à escala mundial*, assente na *liberdade absoluta da circulação de capitais* e na plena liberdade de criação de *produtos financeiros*.

Esta *financeirização da economia* traduziu-se no desenvolvimento das atividades especulativas, que se traduzem na criação e destruição contínuas de capital fictício nos mercados financeiros. A outra face desta moeda é a subtração de capitais ao financiamento das atividades nos setores produtivos, para os quais o custo do dinheiro aumentou.

Na tentativa de salvaguardar as suas margens de lucro, muitas empresas industriais dos países mais industrializados tentaram escapar às garras do capital financeiro (e à diminuição das taxas de lucro) através da *internacionalização*, i.é, da sua *deslocalização* (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos.

Nos EUA e nos países mais industrializados da Europa registou-se uma acentuada *desindustrialização*, que provocou a destruição de milhões de postos de trabalho na indústria (só entre 2002 e 2011 a economia americana perdeu 3,5 milhões de empregos industriais). A *desindustrialização* tem sido acompanhada de profundas alterações nas estruturas produtivas e na estrutura do emprego dos países dominantes. Nos EUA, os postos de trabalho perdidos na indústria têm sido substituídos por postos de trabalho mais mal pagos, como empregados de balcão, trabalhadores de serviços de saúde ambulatorios e dos serviços de assistência social (P. C. ROBERTS). Muitos destes trabalhadores ficam em regime de *trabalho precário* e integram o número elevado de *pobres que trabalham*

(pessoas que exercem uma profissão, mas recebem um salário que não é suficiente para as retirar da zona da pobreza), situação que configura um *fator estrutural* gerador da *baixa dos salários reais* na sociedade americana, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência mais frequente de crises cíclicas e maior dificuldade em sair delas.

O *capitalismo sem crises*, o *capitalismo que já não era capitalismo* (como pretendiam os defensores da *teoria da convergência dos sistemas*) deu lugar ao *capitalismo do risco sistémico*, ao *capitalismo de casino*: estudos sobre as bolsas de Nova York permitem a conclusão de que só 1% dos valores transacionados nas bolsas representam novo capital para as sociedades cotadas; 99% dos negócios bolsistas são jogos de casino (M. KELLY). Mais recentemente, passou-se ao *capitalismo sem risco e sem falências*, à “economia da mentira” (como alguém lhe chamou), ao capitalismo assente no *crime sistémico* (crime sem castigo, porque os bancos são *too big to fail*, mas são também *too big to jail*, no dizer de *The Economist*).

Nos trabalhos que deixou escritos, Marx tomou em conta apenas o *dinheiro metálico*, porque, segundo ele, naquela “primeira época da produção capitalista”, o *dinheiro creditício* “ainda não estava [está] desenvolvido (...), não desempenhava nenhum papel, ou [desempenhava um papel] apenas insignificante”. Mas a sua metodologia e as categorias teóricas que elaborou permitiram-lhe compreender que essa realidade iria mudar. Basta atentar neste trecho do Livro Terceiro de *O Capital*, que parece escrito tendo em conta a realidade dos nossos dias: “Se o sistema de crédito é o propulsor principal da sobreprodução e da especulação excessiva e acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, o crédito acelera (ao mesmo tempo) as erupções violentas (as crises), levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e de jogo” (*Apud* Sérgio RIBEIRO).

6. É dos livros que a referida *tendência para a baixa da taxa de lucro* só pode ser contrariada à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Sabe-se, com efeito, desde Adam Smith, que o lucro e a renda são “deduções ao produto do trabalho”, constituindo uma parte do *valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas*. Enquanto tal for económica, social e politicamente possível, o sacrifício dos salários e dos direitos dos trabalhadores é a receita para preservar a *mais-valia* (de onde sai o lucro, que é o combustível que faz andar a máquina capitalista).

Consciente disto mesmo, o pensamento liberal sempre assumiu que a *baixa dos salários reais* é o elemento indispensável para tornar atrativa a contratação de trabalhadores desempregados e assim inverter o ciclo, abrindo o caminho para que, com base no funcionamento do mercado livre, se atinjam situações de reequilíbrio com pleno emprego em todos os mercados e em todos os setores da economia.

Hayek enfatiza este ponto: “o problema do desemprego é um problema de salários”. Quer dizer: salários reais baixos e a diminuição dos salários reais são a condição indispensável e decisiva para se prevenirem e se ultrapassarem as crises, que poderiam evitar-se se se deixassem funcionar livremente os mercados, nomeadamente o *mercado de trabalho*, liberto das ‘imperfeições’ que o descaracterizam (contratação coletiva, salário mínimo garantido, proteção legal contra os despedimentos sem justa causa, subsídio de desemprego, etc.). Os fiéis do neoliberalismo têm cumprido este dogma a preceito.

O ‘catecismo’ de Hayek condena também, violentamente, a pretensão dos sindicatos de que os salários devem ser ajustados tendo em conta os ganhos resultantes do aumento da produtividade, pretensão hoje geralmente considerada socialmente justa e economicamente vantajosa, de tal modo que mesmo as associações patronais não a atacam em público, por acreditarem que tal seria ‘politicamente incorreto’. Para Hayek, ao invés, a aceitação daquela pretensão dos sindicatos equivaleria ao reconhecimento do direito de expropriar uma parte do capital das empresas: “tal exigência — escreve Hayek — é, sem dúvida, puramente socialista e, o que é mais, não baseada em qualquer teoria socialista do tipo mais sofisticado e racional, mas no mais grosseiro tipo de socialismo, vulgarmente conhecido por sindicalismo”. ONDE

Como já se disse, a necessidade de contrariar a referida *tendência para a baixa da taxa de lucro* ‘obriga’ a diminuir os custos do trabalho, i.é, a agravar a exploração dos trabalhadores (aumentando, de um modo ou de outro, o tempo de *trabalho não pago*). E as estratégias destinadas a transferir os *ganhos da produtividade* em benefício do capital, impedindo os trabalhadores de beneficiar condignamente da riqueza que criam, inserem-se nesta linha.

Não admira, por isso, que, de acordo com os dogmas neoliberais, as políticas levadas a cabo pela generalidade dos estados capitalistas nas últimas três ou quatro décadas tenham sido marcadas pelo objetivo de ‘expropriar’ a parte dos trabalhadores nos enormes ganhos de produtividade resultantes do acentuado e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida incorporação na atividade produtiva. E este objetivo está a ser alcançado: só na última década a produtividade aumentou, à escala mundial, cerca de 30%, mas os salários aumentaram menos de 18%.

A concretização deste programa neoliberal inscrito na estratégia plasmada no *Consenso de Washington* tem sido facilitada, aliás, graças à emergência de um verdadeiro *mercado mundial de força de trabalho*.

Há quem entenda que esta é “a principal consequência social da mundialização”, porque, no seio deste mercado, “os trabalhadores de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial e do sistema social, estão doravante em concorrência entre si, em todos os domínios da economia, com um leque salarial entre um e 50 ou mais” (D. GALLIN). Na verdade,

a *política de globalização neoliberal* e, no contexto europeu, o alargamento da UE aos países da Europa central e de leste aumentaram enormemente o *exército de reserva de mão-de-obra* em benefício das grandes empresas dos países líderes à escala mundial. Este é, sem dúvida, um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*. E é um elemento que tem atuado em sentido contrário aos interesses e aos direitos dos trabalhadores.

7. Ainda ninguém conseguiu demonstrar a existência de uma relação positiva entre a flexibilização da legislação laboral e os baixos salários, por um lado, e o aumento da ‘competitividade’ ou a redução do desemprego, por outro lado. A vida nega todos os dias esta pretensa relação, que não passa de uma criação da ideologia dominante.

Entre outros autores, Marx e Keynes mostraram que os salários sobem quando o desemprego diminui e diminuem quando o desemprego aumenta, e não o contrário. E Keynes, ao defender que o nível da produção e do emprego dependem da *procura efetiva* (a procura solvável, a procura capaz de pagar os bens produzidos para ser vendidos no mercado), conclui que o nível do emprego e o nível dos salários dependem de um *fator externo ao mercado de trabalho* (a *procura efetiva*), pelo que não faz qualquer sentido pretender que o desemprego diminui quando os salários baixam no mercado de trabalho, nem faz qualquer sentido pretender que o desemprego aumenta quando os salários sobem no mesmo mercado.

Assim sendo, não é fácil aceitar que se justifiquem as políticas de redução dos salários com o argumento de que elas são necessárias para proteger e para relançar o emprego. Elas visam apenas aumentar a parte do capital na riqueza produzida. E os resultados estão à vista.

Com efeito, estudos vários mostram que a parte do rendimento do trabalho no rendimento agregado baixou, de forma sistemática, a partir de 1980, atingindo proporções escandalosas segundo os padrões históricos. Neste *mundo antropofágico*, em estado de *guerra civil permanente*, a distorção, em favor do capital, da chamada *distribuição funcional do rendimento* tem-se traduzido no agravamento da exploração e no empobrecimento relativo (e mesmo absoluto) de milhões de trabalhadores, tanto nos chamados ‘países ricos’ como nos ditos ‘países pobres’.

Um documento de trabalho apresentado na reunião de julho de 2010 do Banco de Pagamentos Internacionais faz uma longa análise crítica deste mesmo fenómeno: “A parte dos lucros é hoje *invulgarmente elevada*, e a parte dos salários *invulgarmente baixa*. De facto — conclui o documento referido —, a dimensão desta evolução e o leque dos países a que diz respeito não têm precedentes nos últimos 45 anos”.

Para o conjunto da UE/15, dados do Eurostat mostram que a parte dos salários no rendimento nacional diminuiu de 74,6% (1971-1980) para 68,4% (2001-2002). Tomando a UE/25, essa percentagem passou de 50,2% em 2002 para 48,5% em 2008, sabendo-se que, em vários países da UE, entre os quais Portugal, esta percentagem é ainda mais baixa (regressámos ao nível de 1972).

Em finais de 2007, alguém tão insuspeito como Alan Greenspan reconhecia que “a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível *excepcionalmente baixo* segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar” (*Financial Times*, 17.9.2007).

E não escondeu a sua preocupação, invocando que “esta desproporção entre fracos níveis salariais e lucros historicamente muito elevados faz temer um aumento da *animosidade contra o capitalismo e o mercado*, tanto nos EUA como em outras zonas do mundo”.

Compreende-se o seu temor. No entanto, talvez porque ele é um *fiel* da Lei de Say e acredita que as crises de sobreprodução não são possíveis nas sociedades capitalistas, Greenspan nem sequer aludiu ao risco de uma crise grave do capitalismo, como consequência do fenómeno que regista.

A história do capitalismo maduro mostra que, quando o medo do aumento da “animosidade contra o capitalismo e o mercado” perturbou o sono dos senhores do mundo, estes cederam às reivindicações dos trabalhadores, acreditando que assim os desviavam dos caminhos da revolução anti-capitalista, podendo, por isso, dormir em paz.

E mostra também que o aumento do poder de compra dos trabalhadores acompanhou sempre os períodos de crescimento económico e de progresso social. Isto quer dizer que a subida dos salários reais, em resultado da luta das organizações dos trabalhadores, tem constituído, historicamente, um fator de desenvolvimento pelo menos tão importante como o desenvolvimento científico e tecnológico, as exportações e o investimento direto estrangeiro.

O grande mérito de Keynes poderá ter residido na sua capacidade de compreender isto mesmo. E, preocupado, acima de tudo, em salvar o capitalismo, fez propostas que estão na base do moderno *estado social*.

Com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, porém, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio, e os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*. Sempre tem sido assim: quando as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao século XVIII e à violência das “relações industriais” que marcou os primeiros tempos do capitalismo.

8. À escala mundial, um estudo do FMI (outono/2010) mostra que as políticas neoliberais tinham destruído, em 2009, 30 milhões de postos de trabalho, uma boa contribuição para perfazer a cifra de 200 milhões de desempregados que a OIT estima para 2013.

Dados da ONU (*apud* Serge HALIMI) revelam, por outro lado, que os 2% dos mais ricos do mundo possuem mais de metade da riqueza mundial, cabendo à metade mais pobre dos habitantes do nosso planeta apenas 1% da riqueza global. Em 2011, as 63 mil famílias que, no mundo inteiro, possuíam uma riqueza superior a 100 milhões de dólares (18 mil na Ásia, 17 mil nos EUA e 14 mil na Europa) chamavam a si cerca de 40 biliões de dólares (quase 58% do PIB mundial desse ano, cerca de 70 biliões de dólares).

Em outubro/2010, era a vez de o Presidente do Banco Mundial anunciar que, “pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia” (*Le Monde Diplomatique*, outubro/2010). Mas na Índia (um país com cerca de 1.200 milhões de habitantes, muitos dos quais fazem parte dos *mais de mil milhões de pessoas que se deitam todas as noites com a barriga vazia*) 61 multimilionários detinham, em 2008, 22% da riqueza nacional (Serge HALIMI).

Particularmente elucidativa, a este respeito, é a análise da realidade americana a partir de 1973 (Administração Nixon) e de 1979 (com o início da *reaganomics*).

Os salários reais (que subiram sempre entre 1947 e 1973) registam uma baixa significativa a partir deste último ano, sendo que o salário mínimo real diminuiu cerca de 30% desde 1970.

Desde o início da década de 1970, o rendimento médio dos 80% das famílias americanas com menores rendimentos tem diminuído continuamente (baixas de quase 15% para os 10% mais pobres), ao mesmo tempo que aumentou (mais de 16%) o rendimento dos 10% mais ricos (aumento de 23,4% para os 5% mais ricos e de quase 50% para os do topo da tabela: 1%).

Em 1979, esta ‘elite’ dos 1% mais ricos arrecadava, após o pagamento dos impostos, o mesmo rendimento que cabia aos 20% de rendimentos mais baixos; em 2007, a mesma ‘elite’ arrecadava tanto como os 40% do fundo da tabela; a percentagem do rendimento nacional que cabe a esta ‘elite’ (após pagamento dos impostos) passou de 7,7% em 1979 para 17,7% em 2007 (S. PIZZIGATI).

Tal como em outros países, a massa salarial diminuiu, a partir da década de 1990, apesar de ter aumentado a população ativa.

Em finais de 2009, os 20% mais pobres dos americanos auferiam rendimentos inferiores ao nível oficial da pobreza. E o Censo de 2011 revelou que cerca de 47 milhões de norte-americanos vivem abaixo da linha de pobreza, carecendo de apoio do estado para garantir os mínimos vitais (*Diário Económico*, 24.7.2012). Entretanto, os rendimentos do capital são tributados, em média, a

uma taxa de 20%, metade da taxa média de 39,6% que incide sobre os rendimentos do trabalho. Em 2009, seis dos 400 americanos mais ricos não pagaram impostos; 27 pagaram menos de 20% do seu rendimento; nenhum deles foi tributado a uma taxa superior a 35% (Serge HALIMI).

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de *pobreza* e de *exclusão social* (incluindo 19 milhões de crianças) e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

Em 2012, um estudo do Banco de Itália mostra que os dez italianos mais ricos detêm uma riqueza igual à dos três milhões de italianos mais pobres: cada um destes ‘eleitos’ vale por 300 mil italianos ‘comuns’.

Um estudo da *Fabian Society*, de finais de 2009 (*The Independent*, 30.11.2009), concluía que as políticas levadas a cabo no Reino Unido por conservadores e trabalhistas (de Thatcher a Blair e a Gordon Brown) colocaram o país “perante o risco de regressar a níveis de pobreza idênticos aos da era vitoriana”. É o regresso ao século XVIII.

9. As políticas prosseguidas nas últimas décadas para salvar o capitalismo estão, realmente, a fazer andar duzentos anos para trás o relógio da História. Tais políticas têm acentuado as *desigualdades* e têm condenado à extrema *pobreza* milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles).

Os órgãos produtores e difusores da ideologia dominante procuram ‘legitimar’ as desigualdades recorrendo, mais uma vez, aos ‘valores’ da Reforma. Vejamos o que escreve *The Economist* (9.2.2013): “Os que integram a fatia dos 1% mais ricos viram os seus rendimentos subir de repente devido ao prémio que uma economia globalizada à base de tecnologias avançadas confere às pessoas inteligentes. Uma aristocracia que outrora gastava o seu dinheiro em ‘vinho, mulheres e música’ foi substituída por uma elite formada nas *business schools* cujos membros casam entre si e gastam o seu dinheiro de forma sensata, pagando aos filhos aulas de chinês e assinaturas de *The Economist*”.

Pela minha parte, não posso aceitar esta visão — equivalente, como Marx sublinhou, ao *pecado original* na teologia católica — que divide os homens em dois lotes: o dos trabalhadores, parcimoniosos e inteligentes (nascidos para ser ricos e para mandar) e o dos preguiçosos, perdulários e estúpidos (que merecem ser pobres, servindo os ricos).

Creio, de resto, que todos concordaremos em que as desigualdades não são uma inevitabilidade decorrente de quaisquer leis da natureza que sempre produziriam este resultado. A meu ver, elas estão inscritas no ‘código genético’ do

capitalismo (que nasceu como *civilização das desigualdades* e se tem confirmado como tal) e são o resultado (esperado e desejado) de políticas sistematicamente desenvolvidas com esse propósito.

10. Estas políticas, indispensáveis, na lógica do capitalismo, para tentar contrariar a *tendência estrutural no sentido da baixa da taxa de lucro*, levantam, porém, outros problemas, num tempo em que a tecnologia altamente sofisticada exige cada vez menos trabalhadores, que produzem cada vez mais bens por unidade de tempo de trabalho.

Nas condições do capitalismo, a lógica do capital é a sua própria valorização. Como a produção não visa a satisfação das necessidades, não é o consumo que comanda a produção, a qual depende das disponibilidades dos industriais e das suas expectativas de lucros. Ao contrário: é a produção que comanda o consumo. A produção como que se autonomiza do consumo, tornando-se um fim de si própria. Por isso, a reprodução normal e ininterrupta do capital exige três requisitos: 1) que se verifique um desenvolvimento proporcional entre o setor dos bens de produção e o setor dos bens de consumo; 2) que se verifique uma correspondência permanente entre a produção e as possibilidades de consumo solvável da comunidade; 3) que as compras de bens de consumo se equilibrem com as compras de bens de produção.

Recorrentemente, verificam-se situações em que estes requisitos não são preenchidos, e as políticas atrás referidas têm contribuído para que tal aconteça, ao provocarem a *quebra generalizada da procura global*, dando origem a situações de *sobreacumulação*, de *sobrecapitalização* e de *sobreprodução*. A mais-valia foi criada pelos trabalhadores: “o valor que os trabalhadores acrescentam ao valor das matérias-primas” (Adam SMITH) está incorporado nas mercadorias produzidas. No entanto, se estas não forem vendidas a um preço compensador, o capital não consegue *realizar a mais-valia*, o que significa que não consegue recuperar o capital adiantado nem obter o lucro (que sai da mais-valia). Se não houver lucro, o *processo de acumulação do capital* interrompe-se, o investimento novo diminui, ficando por utilizar uma parcela relevante dos recursos produtivos disponíveis (recursos naturais e financeiros, tecnologia e força de trabalho).

E as crises acontecem, ficando claro, aliás, que elas possam ocorrer (e ocorram normalmente) em pleno período de prosperidade, de euforia da produção e dos negócios, quando o fabrico de bens de produção se desenvolveva enormemente e a sua venda prosseguia a bom ritmo. Estas crises (*crises de sobreprodução*, *crises de realização da mais-valia*) são, pois, o reflexo do desajustamento e das contradições referidos e funcionam como mecanismo de ajustamento do sistema, desvalorizando ou destruindo o capital em excesso, os meios de produção capazes de produzir bens de consumo em quantidades tais que o mercado

as não absorve, por não poderem pagá-las os consumidores (ou uma grande maioria deles).

Esta é, a meu ver, a raiz das crises do capitalismo, incluindo a presente crise, naturalmente.

11. O desenvolvimento das forças produtivas decorrente da chamada *segunda revolução industrial* abriu o caminho à *produção em massa* e esta exige um *consumo de massas*.

Acresce que, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, a concorrência entre as grandes empresas nos mercados de oligopólio faz-se através da introdução de novas técnicas de produção e de novos produtos, o que obriga à utilização de tecnologia de ponta. O elevado custo desta tecnologia força as empresas a expandir a produção até ao limite da sua capacidade disponível, na tentativa de aumentar a sua quota de mercado e os seus lucros. Só que estas tentativas de ampliar por este meio as quotas de mercado atingem rapidamente os seus limites. Com efeito, o alto nível de produtividade das tecnologias disponíveis gera em pouco tempo um volume de produção que ultrapassa o poder de compra dos consumidores, e o processo de expansão é travado, porque ninguém investe para aumentar a capacidade de produção se souber que não vai conseguir vender, com lucro, os bens produzidos.

Por isso é que o salário pago aos trabalhadores não pode ser encarado apenas como um elemento dos custos de produção. Ele é também o rendimento que alimenta o poder de compra da grande maioria da população que há-de comprar as mercadorias produzidas com o único objetivo de serem vendidas no mercado e que têm de ser vendidas para que os empresários capitalistas possam recuperar o dinheiro investido e apoderar-se da *mais-valia* (que lhes garante o *lucro*).

Sendo assim, a diminuição dos salários permite ao capital aumentar a *taxa de mais-valia* (a *taxa de exploração*), mas, ao reduzir o poder de compra da grande maioria dos consumidores, provoca o estrangulamento da procura global. E este efeito não pode ser inteiramente compensado pelo aumento do consumo de luxo e de superluxo dos ricos. Esse aumento — que se tem, aliás, registado, de forma acentuada, ‘queimando’ para investimentos produtivos e investimentos sociais uma parte significativa da riqueza criada — não consegue assegurar uma procura agregada que acompanhe o aumento da capacidade de produção.

Pode aumentar a pressão consumista, usando e abusando dos instrumentos ao serviço da *sociedade de consumo*. Mas isso também não basta: a tentativa de compensar a redução do poder de compra dos salários através do estímulo ao consumo financiado pelo crédito não chega para anular os efeitos daquela redução, e provoca a baixa generalizada e acentuada da taxa de poupança das famílias (e dos estados) e o sobreendividamento de muitas delas, que acabam por não poder pagar os encargos assumidos.

E a verdade é que, nos últimos vinte ou trinta anos, as crises do capitalismo tornaram-se mais frequentes, mais duradouras e de mais difícil 'tratamento'. O que é normal, de há uns anos a esta parte, é o desemprego manter-se durante bastante tempo a níveis elevados, mesmo depois de o PIB ter começado a recuperar. Entretanto, os trabalhadores continuam sem receber o seu salário e não dispõem de rendimentos para comprar as mercadorias que o sistema produz para vender. As crises cíclicas arrastam-se por mais tempo e a sua ultrapassagem vem-se revelando uma tarefa cada vez mais difícil de resolver, porque, nas condições referidas, não é fácil conseguir que o processo de acumulação do capital reinicie a sua marcha.

Por outro lado, como se sabe, o processo de *deslocalização* de empresas industriais e a *desindustrialização* que daí resultou provocou alterações profundas na estrutura da produção e do emprego, que tornam mais difícil a criação de novos postos de trabalho, e aqueles que vão surgindo oferecem salários mais baixos do que os praticados antes da crise.

Entre 2002 e 2011 a economia americana perdeu 3,5 milhões de empregos industriais, substituídos por postos de trabalho mais mal pagos, como empregados de balcão, trabalhadores de serviços de saúde ambulatoriais e dos serviços de assistência social (P. C. ROBERTS). Muitos destes trabalhadores ficam em regime de *trabalho precário* e integram o número cada vez mais elevado dos *pobres que trabalham* (pessoas que exercem uma profissão, mas recebem um salário tão baixo que não é suficiente para as retirar da zona da pobreza), situação que configura um *fator estrutural* gerador da baixa dos salários reais na sociedade americana, aumentando as desigualdades e potenciando a ocorrência de crises cíclicas.

12. A supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo tem agravado a *tendência para a baixa da taxa de lucro*, uma vez que as *rendas* do capital financeiro (com realce para o capital especulativo) vêm absorvendo uma parte crescente da mais-valia global. E tem acentuado os riscos de crise nos setores das atividades produtivas (nomeadamente nos setores industriais), nos quais se vem tornando mais difícil a recuperação do capital adiantado.

E a verdade é que, desde meados dos anos 1970 (mais exatamente, a partir do *crash* da bolsa de Nova York em 1967) as economias capitalistas registaram mais crises do que em qualquer outro período. A partir dos anos 1980, as crises não deram tréguas: a crise dos países em desenvolvimento em 1982; a crise dos mercados de ações nos EUA em 1987; a crise (também nos EUA) dos mercados de obrigações de alto risco e das caixas económicas (*savings and loans*), em 1989/1990; a crise bancária dos países escandinavos no início da década de 1990; a crise no Japão, ao longo desta década; a crise do Sistema Monetário Europeu, em 1992/93; em 1994, nova crise no mercado obrigacionista americano;

ainda em 1994/1995, a crise do peso mexicano; a crise das moedas asiáticas em 1997/98; a crise do rublo em 1998/99; o chamado *e-crash*, a crise (2000-2002) que afetou a chamada ‘nova economia’ (a economia das novas tecnologias: biotecnologia, informática, computação, telecomunicações), particularmente nos EUA (queda de 57% do *índice Nasdaq*) e na Europa; a crise do real brasileiro em 1999; a grave crise financeira, económica, política e social da Argentina (2001/2002).

A crise que teve o peso mexicano como protagonista (“a primeira grande crise dos mercados globalizados”, segundo o então Diretor-Geral do FMI) fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista. No rescaldo da crise, Michel Camdessus concluiu que “o mundo está nas mãos *destes tipos*” (as grandes instituições financeiras), que constituem “um poder político sem controlo”. Mais radical foi o diagnóstico do Presidente francês Jacques Chirac, logo em outubro/1995: os especuladores são a “a *sida* da economia mundial”.

Apesar deste alarme dos criadores perante as suas próprias criaturas, os estados capitalistas destruíram, ponto por ponto, toda a regulamentação do setor financeiro introduzida na sequência da Grande Depressão; permitiram a liberdade absoluta de circulação do capital, a ‘varinha mágica’ que transformou o mundo capitalista num grande casino e fez surgir os *paraísos fiscais*; os especuladores (os grandes bancos e outros operadores financeiros) foram autorizados e estimulados a criar e a utilizar livremente várias “armas de destruição maciça” (Warren Buffet) e a pandemia alastrou, minando as resistências do capitalismo. Crise após crise, a *sida tomou conta da economia mundial*.

Para quem não esquece as lições da história, tudo isto apontava como inevitável a chegada de uma crise a sério: porque as crises são inerentes ao capitalismo, porque as políticas de *arrocho salarial* e a especulação financeira desenfreada anunciavam isso mesmo, porque os abalos das várias crises que entretanto ocorreram faziam esperar um ‘terramoto’ de maiores dimensões. Como todos sabemos, o carnaval acaba sempre em quarta-feira de cinzas...

À luz do que disse atrás, parece até que, desta vez, tudo foi planeado para que a crise acontecesse: ela é, realmente, uma crise anunciada, quase programada. A pretexto dela, invocando a ‘situação de emergência’ que eles próprios criaram, os ‘senhores do mundo’ têm atacado violentamente os salários, os direitos e a dignidade dos trabalhadores, pondo em causa a coesão social e o próprio estado de direito e reforçando a *ditadura do capital sobre o trabalho*.

13. As políticas levadas a cabo nas últimas décadas para contrariar a *tendência para a baixa da taxa de lucro* têm acentuado as contradições próprias do capitalismo. Por isso, a crise que teve início nos EUA em 2007/2008 está longe de chegar ao fim, tanto nos EUA como (sobretudo) na Europa.

Aquelas políticas vêm garantindo *rendas* faraónicas a curto prazo ao capital financeiro-especulativo, o setor dominante no quadro das formações capitalistas atuais. Mas estão a acentuar a concentração da riqueza e do rendimento numa pequena minoria que tem chamado a si a parte de leão dos ganhos da produtividade e do crescimento económico. Os ricos vêm ficando cada vez mais ricos, mas não dão nenhum contributo para o aumento da procura, porque já têm tudo até ao nível do esbanjamento.

Uma parte deste dinheiro é destinada a controlar o poder político (financiamento de partidos do ‘arco da governação’, financiamento de campanhas eleitorais, ‘compra’ de dirigentes políticos), para que as políticas adotadas pelo poder político garantam o estatuto privilegiado do grande capital financeiro, protegendo as *liberdades do capital*, não tributando a sua riqueza e o seu rendimento, salvando os seus bancos quando o ‘jogo’ corre mal, confiscando os salários e os direitos dos trabalhadores e dos pensionistas.

Os jogos de casino e a especulação (com ações, com produtos financeiros derivados, com títulos da dívida pública, com moedas, com combustíveis, com matérias-primas, com alimentos, em suma, a especulação com a vida de milhões de pessoas) são o destino da outra parte da mais-valia gerada pelo trabalho produtivo e acumulada por esta pequena minoria de parasitas, que vivem de *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*).

Este não é um fenómeno novo. Sabe-se que a desigualdade na distribuição do rendimento, tanto em termos de *distribuição pessoal* como em termos de *distribuição funcional*, é um dos fatores que mais favorece a *especulação financeira*, e esta, como prova a história do capitalismo, tem sempre gerado crises. Tal como em 1929, 1% dos mais ricos entre os americanos detinham, em 2007/2008, 20% do rendimento nacional. Tal como agora se verificou, a Grande Depressão foi precedida de um período de intensa atividade especulativa liderada pelo grande capital financeiro.

A diferença enorme entre a capacidade de produção e o poder de compra da grande maioria das pessoas (incluindo, cada vez mais, as chamadas *classes médias*, progressivamente proletarizadas) agrava, por isso, as contradições no seio do capitalismo como um todo e aumenta o risco de ocorrência de crises cíclicas, risco tanto maior quanto mais acentuado e acelerado for o desenvolvimento das *forças produtivas* que acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico.

Tendo em conta as preocupações que venho enunciando, é também importante tentar saber qual a relação entre o aumento dos lucros e o aumento do investimento, dado que, desde Adam Smith, os defensores do mercado vêm insistindo em que a salvaguarda das margens de lucro é indispensável para que haja investimento. Dentro da lógica do capitalismo, é claro que ninguém fará investimentos novos se não esperar obter lucros. Mas isto significa que o

aumento dos lucros pode não se traduzir em um correspondente aumento do investimento.

Estudos vários mostram que a relação entre o aumento dos lucros e o nível do investimento produtivo diminuiu consideravelmente, nos países mais desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Japão), a partir de meados dos anos 1970, período que coincide com o início da *contra-revolução monetarista*, que trouxe consigo o domínio do capital financeiro e a adaptação das ‘regras do jogo’ aos interesses dos especuladores (E. STOCKHAMMER). Os ganhos a curto prazo na especulação superam o lucro do investimento produtivo, o que explica a *financeirização* da economia e o desenvolvimento do *capitalismo de casino* (Susan STRANGE).

A verdade é que o ambiente especulativo acentua a volatilidade e a incerteza dos mercados financeiros (nomeadamente quanto às taxas de juro e às taxas de câmbio), afetando negativamente o investimento nos setores produtivos. Se à baixa deste tipo de investimento acrescentarmos a baixa do consumo privado, o resultado é a diminuição da procura agregada e a ameaça permanente da ocorrência de situações de sobreprodução, que, num tempo em que os equipamentos são muito caros, tornam cada vez mais difícil a recuperação dos *adiantamentos* feitos.

Esta é a questão central que está por detrás das crises do capitalismo. E ela traduz uma contradição que o capitalismo não consegue ultrapassar, a contradição entre o nível de desenvolvimento das *forças produtivas* e a natureza das *relações de produção* próprias do capitalismo, que assentam no trabalho assalariado e pressupõem a maximização do lucro do capital. Perante o acelerado desenvolvimento daquelas, estas tornam-se um obstáculo estrutural ao desenvolvimento do capitalismo.

A força da evidência é tal que, mesmo em estudos encomendados pelo FMI (dezembro/2010), os seus autores defendem que “restabelecer a igualdade redistribuindo os rendimentos dos ricos para os pobres (...) poderia poupar à economia mundial uma nova crise de grandes proporções”. E um dos seus autores (Roman Roncière) sublinha que “a recuperação dos rendimentos dos trabalhadores é a mais segura das respostas para evitar a recaída nos diversos problemas que conduziram à crise” (*Apud* A. BARROSO).

14. Se olharmos em particular para a crise na ‘Europa’, creio que vêm ganhando crédito crescente as teses segundo as quais a origem, a profundidade e a duração desta crise não podem dissociar-se da quebra do poder de compra da grande maioria dos cidadãos europeus (especialmente os que vivem do seu trabalho). Em finais de 2011, até o insuspeito Jacques Attali vem reconhecer que “esta crise foi consequência do enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado”.

Mas a importância do “enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado” como elemento potenciador de crises de sobreprodução é de há muito conhecida. Marx esclareceu esta questão. E Keynes incluiu entre os dois “vícios” estruturais do capitalismo a ocorrência de situações em que “a repartição do rendimento é arbitrária e carece de equidade”, defendendo que “não há qualquer justificação para desigualdades tão marcadas como as que atualmente se verificam”. À sua maneira, deixou claro que as enormes desigualdades de rendimento não favoreciam o crescimento económico, antes provocariam a *insuficiência da procura efetiva*, que ele considerava a causa das crises cíclicas próprias do capitalismo.

Apesar disto, a estratégia orientada para obter o “enfraquecimento da parte dos salários no valor acrescentado” foi iniciada, no quadro europeu, com a famosa *Agenda 2010*, da responsabilidade do governo alemão chefiado pelo “camarada dos patrões”, o social-democrata Gerhard Schroeder.

Invocando as diferentes condições das relações de trabalho na ex-RDA e na ex-RFA, a *Agenda 2010* (oportunisticamente ‘justificada’ com os custos da reunificação e a diminuição da taxa de crescimento do PIB por força da destruição do aparelho produtivo da antiga RDA) jogou com as diferenças salariais entre as ‘duas Alemanhas’ para conseguir desarmar os sindicatos e impor a todos os trabalhadores níveis mais baixos de salários e de direitos sociais, com base em um conjunto de medidas que visavam a redução dos custos da mão-de-obra, em simultâneo com a redução substancial dos impostos pagos pelas grandes empresas e pelos contribuintes ricos.

Foi uma *política de classe* destinada a aumentar a parte do capital na riqueza produzida, na tentativa de compensar a *baixa tendencial da taxa de lucro*.

Mas a *Agenda 2010* foi também uma *estratégia exportadora* idêntica à do que poderemos chamar o *modelo chinês* (“crescer com base nas exportações, potenciadas pela baixa dos salários reais” — Manuel CASTELLS, *ob. cit.*), uma *estratégia neo-mercantilista* (a Alemanha propôs-se exportar mais para os seus parceiros do que aquilo que deles importa), orientada para consolidar a posição da Alemanha como potência exportadora, em especial no quadro da UE e, sobretudo, da Eurozona. A Alemanha procurou ganhar ‘competitividade’ à custa da redução dos salários e dos custos do trabalho em geral, por se saber que as *estratégias exportadoras* permitem que se retire a procura interna da equação (os clientes vivem no estrangeiro, não são os trabalhadores do país exportador).

Tal ‘habilidade’ neo-mercantilista, para além de ser inadmissível no seio de um espaço em que vários países partilham a mesma moeda, desequilibrizou as estruturas produtivas e do comércio no interior da zona euro, provocando défices comerciais crescentes nos países ‘parceiros’ da Alemanha e condenando a economia europeia como um todo a um período de crescimento anémico, que culminou na crise atual. E não pode deixar de ser uma estratégia desumana e

absurda, porque, como é evidente, as economias europeias nunca poderão concorrer com os salários praticados na China (e na Índia, no Bangladesh, na Indonésia, nas Filipinas...).

A OIT mostrou (e os representantes dos interesses do capital sabem isso) que a contratação coletiva tem sido o instrumento mais efetivo que os trabalhadores têm utilizado para chamar a si uma parte dos ganhos de produtividade, muito mais eficiente do que as chamadas *políticas de redistribuição do rendimento*. Por isso, a *Agenda 2010*, à semelhança do que vem acontecendo em todo o mundo capitalista, deu particular atenção ao esvaziamento da *contratação coletiva* e à sua substituição por *acordos de empresa* (forma hábil de dividir e isolar os trabalhadores e de reduzir a capacidade negocial dos sindicatos). Em 2008, os contratos coletivos de trabalho integravam apenas os trabalhadores de 40% das empresas alemãs.

No *Forum Económico Mundial* (Davos, 2005), Gerhard Schroeder vangloriou-se por ter criado “todo um setor do mercado de trabalho onde os salários são baixos” e por ter reduzido os subsídios de desemprego a fim de “criar fortes incentivos ao trabalho” (como Milton Friedman e os seus seguidores, o ilustre social-democrata defende, certamente, que o desemprego é sempre *desemprego voluntário* e é “uma situação com muitos atrativos” e que o subsídio de desemprego é um *prémio à preguiça*). A verdade é que, em 2008, 28% dos trabalhadores alemães trabalhavam nestes setores de baixos salários, e, em 2009, uma alta personalidade do SPD esclarecia que “o desenvolvimento de um setor de baixos salários não é prova do fracasso da *Agenda 2010*, mas do seu sucesso”.

Segundo as informações disponíveis, mesmo na Alemanha existiam, em 2011, cerca de 5 milhões de trabalhadores que ganhavam até 400 euros mensais (em trabalhos precários, muitas vezes a tempo parcial), sendo que 11,5 milhões de alemães viviam abaixo do limiar da pobreza (dados colhidos em *El País*, 4.1.2011, e em *Avante!*, 13.1.2011).

Graças a esta estratégia e às vantagens decorrentes do estatuto do *euro-moeda-única* (verdadeiro *deutsche euro*) os saldos positivos da balança de pagamentos correntes da Alemanha não deixaram de crescer, ao mesmo tempo que aumentaram os saldos negativos dos países periféricos da Eurozona.

Uma parte daqueles saldos tem alimentado a exportação de capitais por parte da Alemanha, quer através de investimentos diretos nos países da zona euro que constituem o ‘espaço vital’ do capitalismo alemão, quer através de crédito concedido pelos bancos alemães aos estados, às instituições financeiras e às empresas não-financeiras destes mesmos países (os irresponsáveis ‘esbanjadores’ do sul, especialistas na arte de viver bem sem trabalhar...).

Por outro lado, a *estratégia exportadora* da Alemanha, ao sacrificar os salários e os direitos sociais dos trabalhadores alemães, reduz fortemente o mercado interno alemão, ‘secando’ uma fatia importante da procura potencial de bens e serviços produzidos pelas restantes economias europeias.

15. Apesar dos malefícios que trouxe para os trabalhadores alemães e dos desequilíbrios que introduziu no seio da Eurozona, a política alemã no sentido de baixar os salários reais dos trabalhadores tornou-se uma verdadeira cartilha no contexto europeu.

Vedado, no quadro da UEM, o recurso à desvalorização da moeda (que há anos fazia parte de todos os pacotes impostos pelo FMI), ganhou força a tese dos que, aplicando cegamente os cânones do neoliberalismo, vêm sustentando que a *redução dos custos do trabalho* é a única variável estratégica capaz de permitir ganhos de competitividade suscetíveis de impulsionar o aumento das exportações e a reanimação da economia europeia.

No quadro da UE, a política de salários está fora das competências comunitárias. Mas ela tem sido ativamente promovida pelo aparelho de Bruxelas, nomeadamente no âmbito do controlo, por parte da Comissão, do cumprimento dos cânones maastrichtianos relativos ao défice público e à dívida externa. E os governos dos estados-membros da UE têm atuado no mesmo sentido da ‘flexibilização’ da legislação laboral, em obediência ao catecismo neoliberal.

Passou à história a retórica propagandística desenvolvida por ocasião da famosa *Estratégia de Lisboa* (março/2000), onde se proclamava o objetivo de fazer da UE a “economia do conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, acompanhado de melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social” (disponível em <http://www.estrategiadelisboa.pt/Innerlage.aspx?idCat=337&idMasterCat=334&idLang=1&site=estrategiadelisboa>).

A pretexto da ‘ajuda’ aos países em dificuldade, as *troikas* têm reforçado a ação da Comissão Europeia, impondo, por toda a parte, as políticas de *arrocho salarial* e de anulação dos direitos dos trabalhadores (empregados e desempregados), a par do despedimento em massa dos trabalhadores da administração pública.

Um comunicado do Euro-Grupo de 11.3.2011 veio anunciar, no contexto de medidas destinadas a reforçar a *governança económica* da UE, que os estados-membros resolveram adotar um chamado *Pacto Euro Mais*, que aponta claramente no sentido do *desmantelamento da contratação coletiva*. O argumento é o de que, para criar emprego, as economias europeias precisam de ser mais competitivas (quer dizer, traduzindo do *europês*: pagar salários mais baixos).

Em 15 de junho de 2011, o Conselho Europeu aprovou uma *Recomendação Sobre as Grandes Orientações das Políticas Económicas*, na qual se afirma expressamente que “os parceiros sociais deverão continuar a dar provas de sentido de responsabilidade, negociando nos estados-membros acordos salariais concordantes com os princípios gerais definidos nas grandes orientações das políticas económicas”.

A pretexto de avançar na governação comunitária das economias da União, está-se a incluir a política de salários nas competências da Comissão, para que esta possa, sem entraves, forçar a baixa dos salários e consagrar o *dumping salarial* (a par do *dumping fiscal*) como regra de ouro da concorrência entre os estados-membros da UE.

Numa entrevista a *The Wall Street Journal* (24.2.2012), o Presidente do BCE pôs em causa o direito dos trabalhadores ao subsídio de desemprego, ao defender que “os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”. E, em agosto/2012, foi a vez de o próprio BCE vir a público defender que o aumento do desemprego na UE se explica pelo facto de o nível dos salários não ter baixado o suficiente para tornar competitiva a economia europeia. Daí a necessidade de prosseguir as políticas de *redução dos salários e das indemnizações por despedimento*.

Tudo certo, se tivermos em conta que os Tratados estruturantes da UE proclamam enfaticamente a “necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia da União” e afirmam, em consonância, a opção por políticas que promovam “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas”. As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise (sempre apresentadas como indispensáveis para ‘salvar o mundo’) têm obedecido todas à lógica da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, consolidando a *Europa do capital* contra a *Europa social* e a *Europa do trabalho*. Se o objetivo é competir com o Bangladesh, os ‘reformadores estruturais’ ainda têm muito que ‘reformar’...

16. A generalização da ‘solução alemã’ a toda a Europa está a provocar efeitos dramáticos nas economias dos países europeus e na economia mundial. Por este caminho, a economia europeia como um todo entrará em depressão e o mercado europeu encurtará significativamente, como já está a verificar-se. E como as exportações dos países da Eurozona se destinam em grande parte aos parceiros comunitários, será inevitável a quebra generalizada das exportações da UE, o que agravará ainda mais a depressão e o desemprego em todos os países da União. E é claro que uma crise generalizada na Europa (que é a maior potência comercial do mundo) constitui uma ameaça séria de contaminação de toda a economia mundial.

Num Relatório da OIT do início de 2012 pode ler-se: “a política de deflação salarial [levada a cabo pela Alemanha] não apenas reduziu o consumo (que, na Alemanha, entre 1995 e 2001, ficou um ponto abaixo do resto da zona euro), mas conduziu também a um aumento das desigualdades de rendimentos a um ritmo nunca antes registado, nem mesmo durante o período que se seguiu à unificação”.

O Relatório em causa sublinha a seguir que “os países da zona euro em dificuldades não puderam utilizar a via das exportações para compensar a debilidade da sua procura interna, porque as respetivas indústrias não puderam contar com uma procura alemã mais forte”. Por isso é que, segundo este Relatório, “vai ficando cada vez mais claro que a melhoria da competitividade dos exportadores alemães [com base na política de redução dos salários reais] é a causa estrutural das dificuldades da zona euro nos últimos anos”. E como, neste quadro, “os outros estados-membros tendem cada vez mais a ver numa política de deflação salarial ainda mais dura a solução para os seus problemas de falta de competitividade”, impõe-se esta conclusão da OIT: “a nível europeu, a estratégia adotada pela Alemanha criou as condições para um marasmo económico prolongado”.

Numa Europa em que, segundo dados do *Eurostat* referentes a 2005 (tendo em conta a Europa com quinze membros, 7% da população empregada auferia um rendimento abaixo da linha da pobreza nacional (H.-J. ANDRESS e H. LOHMANN), a ‘fé’ na tese do *empobrecimento salvador* tem ‘empurrado’ os demais países do euro para a adoção de políticas de redução dos salários reais e de desmantelamento do estado social, na esperança de recuperar a sua competitividade relativamente à Alemanha.

O resultado está à vista, sem surpresas: a diminuição do consumo, a quebra da produção, a falência em série de pequenas e médias empresas, o aumento do desemprego, o aumento do défice público e da dívida externa, o aprofundamento do fosso entre os ‘países do norte’ e os chamados ‘países do sul’, o agravamento das desigualdades dentro de cada país, o aumento da *pobreza* (incluindo do número dos *pobres que trabalham*), o *empobrecimento* de povos inteiros.

17. Perante a crise que ‘rebentou’ em finais de 2007, foi patente, por parte dos produtores e difusores da ideologia dominante, a preocupação de esconder a sua natureza de “crise estrutural do capitalismo” (DUMÉNIL/LÉVY).

Alguns defenderam tratar-se de uma *crise do neoliberalismo*, procurando fazer passar a ideia de que o capitalismo não é para aqui chamado: o capitalismo não tem nada que ver com as crises, porque os mercados encaminham-se espontaneamente para situações de equilíbrio com pleno emprego, porque o capitalismo é eterno (é o *fim da história*) e não há alternativa ao capitalismo. O que é preciso é abandonar o neoliberalismo. Como quem quer esconjurar os fantasmas, houve quem adiantasse logo a garantia de que o *neoliberalismo morreu* (tal como, diziam, o comunismo morreu há vinte anos...).

Insinuaram outros que esta crise seria uma simples *crise de costumes*, uma espécie de ‘doença benigna’, resultante da falta de ética, da atuação desregrada e imoral de uns quantos gestores da alta finança. A Chanceler alemã (jornais de 13.1.2009) foi ao ponto de afirmar que a crise era o resultado de “excessos

do mercado”, coisa que ninguém esperaria de uma instituição acima de toda a suspeita, tão *natural*, tão *espontânea*, tão *infalível*, tão *respeitável*, tão *insubstituível*.

A ‘tese’ da *doença benigna* está presente também no pensamento dos que sustentaram que o que falhou foi a regulação e a supervisão (o capitalismo, esse, continua perfeito e eterno, sem alternativa...).

É caso para perguntar: será que a regulação falhou? Alguém, seriamente, poderia esperar outra coisa? Inspirada pela ideologia neoliberal, criada após o *tsunami* privatizador que varreu a Europa e o mundo, filha de políticas que visavam conceder ao grande capital financeiro toda a liberdade para ‘governar’ o mundo, ela foi fiel à sua matriz ideológica e à sua natureza de *regulação amiga do mercado*. O *estado regulador* cumpriu, afinal, o seu papel de *estado pseudo-regulador* (ou *pseudo-estado regulador*), verdadeiro *estado fingidor* ou *estado enganador*: produziu toda a legislação e todas as políticas que conduziram à *total desregulação*, em especial do setor financeiro. Fez o que dele se esperava: atuou como *estado desregulador*. Para isso proclamaram a “morte” de Keynes e liquidaram o *estado keynesiano* (o estado económico, o estado empresário, o estado planificador, o estado prestador de serviços públicos, o estado-providência, o estado empenhado em conseguir a *eutanásia do rendista*, o estado interessado em controlar o destino das poupanças e as opções de investimento).

Um exemplo ajuda a compreender que tudo correu como desejado e como previsto. O responsável por aquela que deve ser a agência reguladora mais importante do mundo (o Sistema de Reserva Federal norte-americano — FED) foi, desde 1987 até 2006, o Sr. Alan Greenspan, grande apóstolo da desregulação, que sempre se definiu como “defensor ferrenho do livre funcionamento dos mercados”, que nunca escondeu a sua rejeição de qualquer tipo de regulação que não seja a *auto-regulação pelo mercado* e que sempre fez gala de afirmar publicamente a sua fé na *mão invisível*. Já depois da crise, Greenspan escreveu: “Salvo algumas exceções muito raras, a mão invisível global criou taxas de câmbio, taxas de juro, preços e índices salariais relativamente estáveis” (*Financial Times*, março/2011).

Quem o nomeou para o cargo conhecia-o bem. Por isso o nomeou. Mas é claro que quem entrega à raposa a guarda da capoeira não quer proteger as galinhas da capoeira da gula da raposa; quer, evidentemente, alimentar a raposa à custa do sacrifício das galinhas.

Razão tinha Michel Rocard quando avisava (2003) que “numa economia mundialmente aberta não há lugar para a regulação nem limites para a violência da concorrência”. Dito de outro modo: em um mundo governado pelas políticas neoliberais, com economias dominadas pelo capital financeiro especulador, *não há lugar para a regulação, e não há limites para a violência dos grandes con-*

glomerados internacionais (que substituíram o mercado e a concorrência). Em suma: a regulação é uma falácia, não é coisa para levar a sério, porque dela não resulta nada, nem pode resultar.

Esta é, pois, mais uma *crise do capitalismo*, uma *crise estrutural do capitalismo*, cujas causas últimas, indo além das bolhas especulativas e dos jogos de casino que tornaram a crise indisfarçável, radicam na própria essência do capitalismo, tendo-se acentuado progressivamente à medida que se foram consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da *política de globalização neoliberal* dominante.

18. O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro de 2011, um Relatório da OCDE sustenta que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

O *empobrecimento* de povos inteiros, o alargamento da mancha de pobreza, o aprofundamento da desigualdade, o aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos) e a chaga da *exclusão social* justificam plenamente esta conclusão e justificam também a preocupação relativamente à preservação da paz e da democracia.

Porque a *pobreza* não significa apenas baixo nível de rendimento e reduzido poder de compra: ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a defesa e a afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”. Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real” (Paul KRUGMAN).

Porque o *empobrecimento* dos povos não os torna mais competitivos, torna-os mais vulneráveis e menos capazes de se desenvolver.

A presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* de que vive o grande capital financeiro.

A discussão sobre o *fim do estado social* — que a crise tem dramatizado — talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear. O feudalismo medieval acabou por ceder o seu lugar à nova sociedade capitalista, após um longo período de degradação, quando as relações de produção, assentes na propriedade feudal da terra e na servidão pessoal, deixaram de poder assegurar as rendas, os privilégios e o estatuto dos senhores feudais, que já não tinham margem para fazer novas exigências aos trabalhadores servos. Talvez estas crises do capitalismo e esta fúria de tentar resolvê-las, com tanta violência, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores sejam o prenúncio de que as atuais estruturas capitalistas (incluindo o seu *estado regulador-garantidor*) já não conseguem, nos quadros da vida democrática, garantir o estatuto das classes dominantes.

Com Eric Hobsbawm, acredito que “o futuro não pode ser uma continuação do passado, e [que] há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar”.

A análise teórica de Marx levou-o a concluir que “a produção capitalista gera ela mesma a sua própria negação com a fatalidade que preside às metamorfoses da natureza. É a negação da negação”. Em determinadas circunstâncias, “o monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que desenvolveu e tem prosperado com ele e sob os seus auspícios. (...) A apropriação capitalista, adequada ao modo de produção capitalista, constitui a primeira negação daquela propriedade privada que é mero corolário do trabalho independente e individual. (...) Para transformar a propriedade privada e dividida, objeto do trabalho individual, em propriedade capitalista, foi preciso naturalmente mais tempo, esforços e sacrifícios do que exigirá a metamorfose em propriedade social da propriedade capitalista, que, de facto, assenta já num modo de produção coletivo. No primeiro caso — conclui Marx —, tratava-se da exploração da massa por alguns usurpadores; agora, trata-se da expropriação de alguns usurpadores pela massa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRESS, Hans-Jürgen e Henning LOHMANN (eds.), *The working poor in Europe: employment, poverty and globalization*, Edward Elgar, 2008.
- AVELÁS NUNES, António José — *Do capitalismo e do socialismo* (polémica com Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia), Vértice/Atlântida Editora, Coimbra, 1972 (há uma edição brasileira, Fundação Boiteux, Florianópolis, 2008).
- — *O Keynesianismo e a Contra-revolução Monetarista*, Coimbra, 1991 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*);
- — *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas — Será a Economia uma Ciência?*, Edições Almedina, Coimbra, 2008;
- — *As Voltas que o Mundo Dá... Reflexões a Propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social*, Edições Avante, Lisboa, 2010. Há uma edição brasileira, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011;
- — *A Crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, 5.^a edição (revista), Lisboa, Página a Página, 2012.
- BARROSO, Alfredo — “A crise da social-democracia europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17.
- CASTELLS, Manuel — *A quién sirve el euro?*, disponível em <http://viva.org.co/cajavirtual/svc/articulo14.html>
- CROTTY, James — “The Neoliberal Paradox : The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era”, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, n.º 3 (2003), 271-279.
- DUMÉNIL, Gérard e Dominique LÉVY — “Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis”, em *Review of International Political Economy*, Vol. 8, n.º 4, Inverno/2001, 578-607;
- — “The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000)”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 34 (2002), 437-461;
- — *The Crisis of Neoliberalism*, Harvard University Press, 2011.
- FRIEDMAN, Milton e Rose — *Capitalism and Freedom* (1.^a ed., 1962), Chicago, The University of Chicago Press, 9.^a impressão, 1969;
- — *Liberdade para Escolher*, trad. port., Lisboa, Europa-América, s/d (1.^a edição americana, 1979).
- GALLIN, Dan — “Reinventar a política sindical”, em Bernad CASSEN e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, 2000, 101-122.
- GREENSPAN, Alan — *A Era da Turbulência — Aventuras em um novo mundo*, trad. bras., Elsevier Editora/Campus, São Paulo, 2008.
- HALIMI, Serge — “O crime compensa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010;
- — “Onde está a esquerda?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 1 e 9;
- — “Balanço para preparar uma reconquista”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.
- HAYEK, Friedrich — “Unions, Inflation and Profits” (original de 1959), em F. HAYEK, *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1.^a edição, 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric — *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- JANNE, Henri — *Le Temps de Changement*, Paris Marabout, 1971.
- KAYSER, Carl — “The Social Significance of Modern Corporation”, em *The American Economic Review*, maio/1957.
- KELLY, Marjorie — *The Divine Right of Capital*, Berrett-Koehler, San Francisco, 2001.

- KEYNES, J. M. — “The General Theory of Employment, Interest and Money” (1936), em J. KEYNES, em *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (29 vols), MacMillan, Londres, 1973, vol. VII.
- KRUGMAN, Paul — “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*);
- — *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- MARAZZI, Christian — *The Violence of Financial Capitalism* (trad.), Semiotext(e), Los Angeles, 2011 [edição em italiano, Edizioni Casagrande, Bellinzona, Suíça, 2011].
- MODIGLIANI, Franco — “The Monetarsit Controversy or, Should we Forsake Stabilization Policies?”, em *The American Economic Review*, vol. 67, n.º 2, março/1977, 1-19.
- PIZZIGATI, Sam — <http://toomuchonline.org/ExecScouboard.html> (29.10.2011).
- OIT, *Global Employment Trends 2012 — Preventing a Deeper Jobs Crisis*, Genebra, 24.1.2012.
- RIBEIRO, J. J. Teixeira — *Sobre o Socialismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.
- RIBEIRO, Sérgio — “O contributo de Marx para o marxismo”, em *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LV (2012).
- ROBERTS, Paul Craig — “O colapso da economia americana e o fim do mundo”, em http://www.paulcraigroberts.org/2012/07/08/the_collapsing_us_economy_end_world
- SEN, Amartya — *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- SMITH, Adam — *Riqueza das Nações* (Vols. I e II), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 e 1983.
- STOCKHAMMER, Engelbert — “Neoliberalism, Income Distribution and the Causes of the Crisis”, em <http://researchonmoneyandfinance.org>, versão 0.6:17 (junho 2010).
- STRANGE, Susan — *Casino Capitalism*, Londres, Basil Blackwell, 1986.